

Orçamento de 90 não cobre dívida

A manutenção dos elevados juros reais do **overnight** nestes últimos três meses do governo Sarney compromete, por antecipação, o orçamento fiscal deste ano, caso o presidente eleito Fernando Collor de Mello não queira dar um choque na dívida pública interna. Projeções que o **Jornal de Brasília** obteve na Secretaria de Coordenação e Planejamento da Presidência da República (Seplan) indicam que somente os encargos reais da dívida interna acumulados no primeiro trimestre alcançarão 20%.

Mesmo com a redução gradual,

desde o início do governo Collor de Mello, para equiparar, no segundo semestre, a remuneração real do **overnight** ao das cadernetas de poupança — 0,5% ao mês —, os encargos herdados pela atual equipe econômica já jogarão o custo da dívida interna no ano para, na melhor das hipóteses, NCz\$ 471,1 bilhões. O orçamento aprovado pelo Congresso Nacional aloca “apenas” NCz\$ 298,6 bilhões para os encargos da dívida interna da União.

A herança pesada vem de 1989. Enquanto o Banco Central estimou

em 34,4% os encargos reais da dívida, a própria Secretaria do Tesouro Nacional chegou à taxa absurda de 78,35%. O Banco Central utilizou, em seus cálculos, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) como indexador. Mas a Secretaria do Tesouro entende que o indexador correto da dívida interna é a variação da antiga OTN, até ser congelada em NCz\$ 6,17 pelo Plano Verão e, depois, pelo BTN fiscal.

Como o IPC acumulado em 1989 foi de 1.64,86% e a variação da OTN mais BTN 1.310,5%, os cálculos da Secretaria do Tesouro

apontam para gastos de NCz\$ 348,41 bilhões com os encargos reais da dívida interna, no ano passado.

O Brasil acumulou US\$ 46 bilhões do principal da dívida externa que venceu e não foi pago, desde a eclosão da crise financeira internacional de 1982, conforme o Banco Central. Os US\$ 46 bilhões ficaram retidos no Banco, dentro dos diversos reescalamentos da dívida externa, para cobrir US\$ 39 bilhões em outras contas cambiais, o que explica o espaço de retenção para as reservas cambiais brasilei-

ras não passarem, atualmente, de US\$ 7,2 bilhões.

O Banco Central reteve, entre as principais contas, US\$ 30 bilhões dos bancos comerciais, dentro do chamado projeto dois de retenção de parcelas do principal da dívida externa. Pelo projeto 2, quando vence a parcela da dívida, o tomador final entrega os cruzados novos para comprar dólares e remeter ao credor externo, porém o Banco Central bloqueia a remessa, mediante a abertura de conta de depósito em dólares a favor do banco estrangeiro. (A.S.)